

A Cooperação Internacional Descentralizada no Brasil: o caso do estado da Bahia

Lana Rodrigues Silva¹

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar a atuação internacional no estado da Bahia, tendo em vista a implementação de projetos e ações de cooperação técnica destinadas ao desenvolvimento estadual. Busca-se responder de que forma as ações internacionais implementadas pelo governo da Bahia contribuem para o desenvolvimento do estado, partindo da hipótese de que contribuem, principalmente, por meio de projetos de cooperação técnica internacional focados no desenvolvimento econômico, social e ambiental, inseridos nas políticas estaduais de estratégia de desenvolvimento. Para a compreensão deste processo realiza-se uma discussão teórico-conceitual sobre a atuação internacional de governos subnacionais no Brasil, com foco para a Cooperação Internacional Descentralizada (CID), de forma a compreender os desafios enfrentados pelos governos subnacionais na região, bem como suas experiências. Em seguida, mapeia-se a trajetória baiana de inserção internacional, com ênfase nos projetos de cooperação técnica realizados entre 2007 e 2014. O trabalho centrará sua análise no estudo de caso do programa Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia (NEOJIBA).

Palavras-chave

Cooperação Internacional Descentralizada. Bahia. Programa NEOJIBA.

Abstract

The article aims to analyze the international performance in the state of Bahia, in view of the implementation of projects and technical cooperation actions aimed at the state development. It seeks to answer how the international actions implemented by the Bahia government contribute to the development of the state, based on the hypothesis that they contribute mainly through international technical cooperation projects focused on economic, social and environmental development, inserted in the state development strategy. With the view to understand this process, a theoretical-conceptual discussion on the international performance of subnational governments in Brazil, focusing on Decentralized International Cooperation (ICD), is carried out in order to understand the challenges faced by subnational governments in

¹ Artigo apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Prof^a Dr. Débora Figueiredo Mendonça do Prado.

the region, as well as their experiences. Then, the Bahian trajectory of international insertion is mapped, with emphasis on technical cooperation projects carried out between 2007 and 2014. The paper will focus its analysis on the case study of the State Nucleus of Youth and Children Orchestras of Bahia (NEOJIBA) program.

Keywords: Decentralized International Cooperation. Local Development. Bahia. NEOJIBA program.

1. Introdução

Entende-se por Cooperação Internacional Descentralizada (CID) a possibilidade de atuação de entes subnacionais no campo internacional, em formatos bilaterais ou multilaterais, de forma a contribuir para o desenvolvimento social e econômico dos países em desenvolvimento (RODRIGUES, 2011). Esta atuação pode ser aplicada a qualquer instrumento de cooperação financeira, técnica e econômica. Não se trata, portanto, de um novo instrumento, mas de uma abordagem diferente, que busca complementar os métodos tradicionais de cooperação. A CID compõe, dessa forma, um dos diversos meios de atuação internacional dos entes subnacionais.

Esta modalidade de atuação subnacional está vinculada a um processo identificado com mais intensidade na década de 1980, qual seja, a inserção internacional de governos subnacionais motivados por um cenário de interdependência e globalização. Na medida em que o fim da Guerra Fria trouxe consigo grandes mudanças, bem como o declínio de hegemonias, além de manifestações pelo mundo que desafiaram autoridades locais e nacionais, podemos observar transformações na política mundial que evidenciam uma nova ordem e governança globais (MIKLOS, 2010). Questões econômicas, culturais, sociais e do meio ambiente afetam as questões de segurança e são afetadas pelas questões diplomáticas. Ademais, historicamente, os governos não-centrais nos sistemas federativos precedem os governos centrais em questões de bem-estar e serviço social (DUCHACEK, 1990).

Nesse sentido, os governos locais assumem a responsabilidade de atuar como agentes de desenvolvimento econômico, social e político, uma vez que os Estados nacionais não conseguem atender a todas as suas demandas². Nos países em desenvolvimento, enfrenta-se o desafio de promover, além do desenvolvimento econômico, condições razoáveis de emprego e estabilidade social, de forma a consolidar suas democracias. Esse movimento demonstra novas atribuições que essas instâncias governamentais assumem, que trazem consigo não somente as

² PRADO (2009) e STUART (2002) realizam uma discussão sobre a descentralização de competências.

possibilidades, mas as limitações com que elas se deparam. Dentre elas, destacam-se as questões de competência constitucional, que limitam a atuação internacional dos entes federados (MARIANO, BARRETO, 2004).

Nesse contexto, surge o que a literatura definiu como Paradiplomacia, termo desenvolvido na década de 1990, de forma a entender a atividade subnacional nas relações internacionais. A definição mais abrangente do termo foi escrita por Noé Cornago (1999), da qual ‘paradiplomacia’ pode definir o envolvimento dos atores subnacionais nas relações internacionais, pois esse se dá através da criação de contratos *ad hoc* entre entidades públicas e privadas, com o objetivo de conseguir promover políticas socioeconômicas.

A paradiplomacia é parte de um alargamento do âmbito internacional nos Estados, que insere não somente os governos subnacionais, mas empresas, sociedade civil, sindicatos e movimentos sociais. Assim sendo, trata-se de um universo heterogêneo e fragmentado. O mercado global é um ambiente complexo, e muitas regiões encontram barreiras para o adentrar. Durante a década de 1980, por exemplo, muitas unidades subnacionais enviaram missões externas de forma a atrair investimentos, contudo sem uma estratégia definida e objetivos claros. Atualmente esse movimento tornou-se mais seletivo (KEATING, 2004).

Faz-se relevante notar que a política externa dos governos centrais aderiu áreas que, na diplomacia de governantes como Richelieu, Talleyrand e Metternich, eram geridas pela iniciativa privada ou autoridades municipais ou não-centrais. Graças ao debate da interdependência complexa, discutida por Nye e Keohane³, e ao conceito tutelar dos governos de bem-estar social⁴, muitas questões que outrora eram domésticas foram internacionalizadas, e vice-versa, o que gerou uma transferência de certos temas diplomáticos para as capitais dos estados, prefeituras e ruas (DUCHACEK, 1990).

Todavia, a paradiplomacia difere-se da diplomacia estatal, na medida em que se faz mais específica e delimitada do que a busca por interesses nacionais, e é, por vezes, mais

³ A Teoria da Interdependência Complexa argumenta que, em um mundo interdependente, o realismo torna-se limitado para o entendimento das relações internacionais, pois a entende fundamentalmente como a luta pelo poder entre os Estados. A proposta de Nye e Keohane é entender as relações internacionais tendo como atores, além dos Estados, as instituições internacionais, que são responsáveis por regular as relações entre eles. Nesse sentido, Interdependência refere-se ao contexto em que os Estados e outros atores sofrem influência de eventos externos, de forma recíproca, limitando sua autonomia. Isso se dá pelo fato das transações internacionais se expandirem, o que os teóricos da interdependência tratarão como redes. Essas dizem respeito à interconexão e ao impacto que determinada ação possui sobre outras unidades, para além de suas fronteiras (NYE, KEOHANE, 1977).

⁴ Welfare State é uma organização política e econômica que responsabiliza o Estado como principal promotor social e organizador da economia, tornando-se, assim, o agente regulador dos diferentes níveis da organização social. Tem sua origem no pensamento keynesiano, e surge como alternativa de recuperação da crise de 1929, sendo implementado na Europa durante a hegemonia dos governos social-democratas, até entrar em crise na década de 1970 (ANDERSSON, 2005).

oportunista e experimental. Apesar de ser revestida de uma lógica funcional, esta não é funcionalmente determinada, e as decisões políticas são um aspecto essencial quando se delimita as estratégias e iniciativas, isto é, já que há forte participação da sociedade civil e empresas, a agenda paradiplomática depende essencialmente dos fatores políticos e institucionais da região em questão (KEATING, 2004).

Nesse sentido, Panayotis Soldatos (1990) apresenta dois determinantes que provocam a atuação paradiplomática: internos e externos. Quanto aos internos, tem-se: (1) a segmentação objetiva, que leva a unidade subnacional a buscar autonomia frente ao governo central por diversas motivações, dentre elas linguísticas, culturais e políticas; (2) a incapacidade dos governos centrais de atender as necessidades dos governos não-centrais, o que os incentiva a buscar parcerias externas; (3) a carência de instituições federais centrais que atendam aos interesses das unidades federadas; e (4) o destaque aos assuntos de *low politics* que permitem, constitucionalmente, a atuação internacional dos entes subnacionais.

Por outro lado, os fatores externos se relacionam a: (1) intensificação da atividade econômica e a interdependência entre os setores produtivos globais, que motivam os governos subnacionais a estabelecer relações com atores externos; (2) envolvimento e influência de unidades externas; e (3) interdependência regional, que se forma de acordo com, dentre outras razões, as proximidades geográficas, demográficas, culturais, econômicas⁵ (SOLDATOS, 1990).

O fenômeno da paradiplomacia representa uma nova perspectiva relevante para o regionalismo e para as relações internacionais. Os(as) dirigentes públicos(as) e políticos(as) têm representado papéis distintos nos mais variados contextos, e, mais do que isso, têm conseguido, de maneira geral, superar as barreiras entre o estatal e o internacional. A política se torna, cada vez mais, uma questão de redes de relações, e não pode se limitar às instituições, dado que exhibe tanto os limites entre o público e o privado, quanto às questões internacionais (KEATING, 2004).

Duchacek (1990) apresenta seis formas principais pelas quais os governos não-centrais podem promover e defender seus interesses no âmbito internacional: (1) estabelecimento de escritórios permanentes de representação em capitais estrangeiras ou centros de comércio e indústria; (2) visitas promovidas pelos governantes locais bem divulgadas; (3) missões profissionais de pesquisa no exterior; (4) iniciativas de comércio e investimento que ressaltem

⁵ Trata-se de fatores micro-regionais, que levam à cooperação e à paradiplomacia transfronteiriça ou transregional. Estas complementariedades também se aplicam a níveis macro-regionais, como no caso das relações entre Quebec e França, a partir de 1882 (SOLDATOS, 1990).

o conhecimento tecnológico e industrial local (incluindo o turismo); (5) estabelecimento de zonas francas de comércio; e (6) participação de governantes não-centrais em eventos internacionais ou organizações, ou da diplomacia formal em capitais internacionais.

Contudo, o autor não considera a Cooperação Internacional Descentralizada dentre as principais, o que parece ser incoerente, uma vez que, neste momento, ela se encontrava no auge de seu desenvolvimento na Europa. Por outro lado, Débora Prado (2009) considera os seguintes mecanismos de atuação internacional das cidades:

a) constituição de associações de cidades e governos locais, b) estabelecimento de acordos bilaterais; c) programas de cooperação técnica internacional entre cidades; d) programa de cidades irmãs; e e) missões comerciais e f) as redes internacionais de cidades.

A cooperação Internacional Descentralizada, nas diferentes vertentes acima apresentadas, tem se mostrado recorrente e efetiva enquanto mecanismo da paradiplomacia, utilizado não só pelas cidades, mas por outros governos subnacionais, bem como os estados nos países federalistas, como no caso brasileiro.

No Brasil, a importância do debate da atuação subnacional vem tomando força, principalmente no que tange a agenda de cooperação internacional, que é, atualmente, a principal atividade paradiplomática no âmbito nacional. De modo geral, a atuação internacional dos estados brasileiros é diretamente proporcional ao seu nível de desenvolvimento, medido pelo IDH, graças à maior capacidade material que os estados mais desenvolvidos possuem, além de serem destinos mais atraentes para o exterior⁶. Contudo, alguns estados brasileiros têm demonstrado um movimento diferente. O seu baixo desenvolvimento tem sido uma motivação para se inserirem internacionalmente, em busca da prosperidade local (FRÓIO, 2015).

O estado da Bahia é um dos principais exemplos que fogem à tendência apresentada acima, uma vez que possui um dos menores IDHs do país, e uma considerável atuação internacional subnacional, principalmente quando se observa a quantidade de acordos de cooperação firmados pelo estado. Os projetos de cooperação baianos possuem grande diversidade temática, focados no desenvolvimento econômico e social. Dentre os acordos propostos, destacam-se os objetivos de combate à pobreza, à exploração sexual, ao trabalho infantil, além de projetos voltados ao fortalecimento da área da saúde, desenvolvimento rural e fomento de economias locais. Além disso, o estado também procurou investir no turismo,

⁶ Pesquisa realizada por FRÓIO (2015) através de entrevistas com funcionários públicos estaduais, que buscou compreender a importância atribuída pelos estados às questões internacionais, bem como suas formas de atuação.

através de incentivos operacionalizados pelo Ministério do Turismo (FRÓIO, 2015). A partir do exposto, busca-se responder a seguinte questão: Como as ações internacionais implementadas pelo governo da Bahia têm contribuído para o desenvolvimento estadual?

O trabalho tem o objetivo de analisar os projetos de cooperação técnica internacional realizados pelo estado baiano no eixo estruturante “Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento”, entre 2007 e 2014, período do governo de Jaques Wagner (PT), caracterizado por uma forte atuação internacional do estado. Parte-se da hipótese de que a inserção internacional da Bahia contribui para o desenvolvimento estadual, principalmente, por meio dos projetos de cooperação técnica e financeira focados no desenvolvimento econômico, social e ambiental, uma vez que possibilitam formas de articulação e intercâmbio para solucionar problemas locais.

A pesquisa utiliza-se do método qualitativo, uma vez que busca interpretar a cooperação internacional como alternativa de inserção baiana no cenário internacional para atingir o desenvolvimento. Ademais, possui como método de procedimento o estudo de caso da atuação da Bahia, de forma a investigar, a partir de suas experiências práticas, as formas de articulação internacional do estado.

O artigo organiza-se da seguinte forma: a segunda seção realiza uma revisão bibliográfica sobre a Cooperação Internacional Descentralizada (CID) enquanto uma forma de atuação paradiplomática, bem como seu desenvolvimento no Brasil e, especificamente, na região nordeste. A terceira seção busca mapear a atuação internacional do estado da Bahia, além de propor uma discussão entre a CID e o desenvolvimento local no estado. Por fim, a quarta seção apresenta um estudo de caso sobre a economia criativa e o programa NEOJIBA, desenvolvido na Bahia com o intuito de promover o desenvolvimento estadual através da integração social de crianças, adolescentes e jovens.

2. A Cooperação Internacional Descentralizada e o contexto brasileiro

O início dos anos 1990 foi decisivo para consolidar a política de cooperação descentralizada na Europa para os países em desenvolvimento, graças a campanhas de órgãos representativos regionais e incentivos da União Europeia, que atraíram centenas de autoridades locais, ONGs e universidades. A cooperação foi instaurada em atividades de ONGs de desenvolvimento, porém, sua ampliação se deu em programas de desenvolvimento rural e urbano, de apoio a governos locais e economia informal. Elas visavam, em sua totalidade, participação popular e envolvimento com a dinâmica local das mudanças institucionais e sociais

e se negavam a propor soluções prontas (COMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, 1996).

Em um sentido amplo, a Comissão Europeia (1996) postula três modelos de cooperação descentralizada: (1) **integração**, que, com base na experiência da integração europeia, enxerga a cooperação de forma horizontal entre a sociedade civil dos Estados-membros e outros países⁷. Alguns exemplos são os instrumentos de CID desenvolvidos entre a Europa e Mediterrâneo e América Latina, com o intuito de estabelecer relações políticas, econômicas e culturais, baseadas na reciprocidade. São programas que envolvem principalmente intercâmbios culturais, econômicos, tecnológicos e científicos, apresentando resultados muito satisfatórios; (2) o modelo **participativo** origina-se na ajuda ao desenvolvimento tradicional, voltada aos países menos desenvolvidos e à democratização. Ressalta a necessidade de dar voz à sociedade civil e a importância de sua participação no processo de desenvolvimento, sendo a principal agente. Embora se trate de um modelo influente, muitas vezes a cooperação é dificultada por conta de questões institucionais, regras e procedimentos dos países participantes do processo; por fim, (3) o modelo **substituto** se aplica a países onde a cooperação oficial foi suspensa, por diferentes razões, e a ajuda somente ocorre para necessidades prioritárias, e é canalizada por agências descentralizadas. Tal ação é positiva à princípio, porém, em certas situações, quando as relações oficiais são restabelecidas, a cooperação descentralizada deixa de ser prioridade e as agências locais são excluídas do processo.

No caso europeu, os principais axiomas para a política de cooperação descentralizada são: (1) políticas de desenvolvimento que estejam abertas à participação do povo e da sociedade civil nos países em desenvolvimento, por meio de um diálogo reforçado entre todas as partes envolvidas no processo. Uma alternativa são os fóruns de cooperação; (2) uma base ampla de organizações não-governamentais envolvidas na cooperação, além de estímulos a novas formas de parceria norte-sul por meio das redes; e (3) uma melhor inserção da dimensão do desenvolvimento local, com destaque a descentralização e regionalização dos países em desenvolvimento (COMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, 1996).

O último axioma é de extrema importância neste trabalho, uma vez que se parte da hipótese de que a cooperação descentralizada é um instrumento essencial para o desenvolvimento local em regiões em desenvolvimento. Isto porque grande parte das questões de meio ambiente, educação e planejamento urbano são tratadas e decididas pelos governos locais, o que lhes dá certa autonomia e gera necessidades que, como supracitado, não são

⁷ Governos locais, grupos econômicos, Universidades, etc.

atendidas pelo governo nacional. Dessa forma, políticas que fomentem a incorporação da dimensão local são essenciais não só para que a cooperação aconteça, mas para que ela gere frutos e possibilite a prosperidade regional.

Contudo, a definição atribuída pela Comissão recebeu diversas críticas, pois, na medida em que se engloba diferentes tipos de instituições, compromete-se a concepção do processo de cooperação. Além disso, a definição de Cooperação Internacional Descentralizada apresentada é muito semelhante à de Cooperação Interinstitucional, não havendo elementos que as diferencie (CEZÁRIO; ANDRADE, 2008).

Como alternativa, surgiram outras abordagens, como a francesa, que foi criticada por limitar o fenômeno; a do PNUD, que também recebeu críticas por confundir o termo com a Cooperação Interinstitucional, e a italiana, que manteve o foco no desenvolvimento humano e nos esforços da sociedade civil. Hafteck (2003, *apud* CEZÁRIO; ANDRADE, 2008), buscando pontos de convergência entre as definições estabelecidas, conceituou a CID como uma “relação substancial colaborativa entre governos subnacionais de diferentes países, visando um desenvolvimento local sustentável que implica em algumas formas de trocas e suportes conduzidas por estas instituições ou outros atores locais”.

O desenvolvimento local mencionado envolve, principalmente, os países do sul global, e as atividades desenvolvidas dizem respeito ao intercâmbio cultural, social, político e econômico. Um ponto essencial nesta definição é o reconhecimento da liderança dos governos locais no processo de cooperação, bem como a relevância de outros atores locais para seu desenvolvimento. Os governos centrais e agências internacionais possuem o papel de estimular o processo, contudo o autor não deixa claro os meios para que isso aconteça (CEZÁRIO; ANDRADE, 2008).

A vertente da Cooperação Internacional Descentralizada reúne as noções da legitimidade política e da legalidade jurídica. No caso de países federalistas, como o Brasil, a CID é parte do federalismo cooperativo, notificando as federações os campos em que a união e os entes federados devem trabalhar de forma conjunta para atingir seus propósitos previstos na Constituição (RODRIGUES, 2011).

No Brasil, assim como em grande parte do mundo, o debate das ações internacionais subnacionais não é consolidado, mas sua importância vem sendo reconhecida aos poucos. As principais agendas contidas na atuação subnacional brasileira são: cooperação internacional, captação de recursos e promoção comercial e econômica. Quanto à cooperação internacional, trata-se da atividade central da paradiplomacia (SALOMÓN, 2012). A seguir, discutiremos esta

modalidade inserida na ação paradiplomática, de forma a compreender seu desenvolvimento no caso baiano, que será abordado à diante.

2.1. CID: A experiência brasileira

A primeira experiência subsidiária no Brasil com a atuação internacional se deu com as províncias, à luz da Constituição de 1891. Essas podiam captar financiamentos e investimentos financeiros, além de buscar mão de obra estrangeira para a lavoura cafeeira. São Paulo e Minas Gerais se destacaram nesse processo que, por mais que não seja muito considerado quando se defende a atuação subnacional brasileira, mostra-se um argumento relevante para defendê-la (RODRIGUES, 2011).

Com a instauração do Estado Novo esta atuação deixou de existir, e só foi retomada com o governo João Goulart, em 1961, com a cooperação oferecida pelos EUA aos governos estaduais pró-EUA, em meio à Guerra Fria. Ainda assim, a tradição federalista centralizadora⁸ foi um impedimento a atuação subnacional até o final da década de 1980. Contudo, é com o advento da Constituição de 1988, que atribui status federativo aos municípios, que os governos subnacionais se viram com alto grau de autonomia política e mecanismos que possibilitaram descentralização, ainda que sem arcabouço para regulamentar a cooperação internacional. A partir de então, passa a ser responsabilidade do senado federal autorizar atividades dessa natureza. Os governos locais se voltam a captação de recursos do Banco Mundial, BID e outras agências internacionais de fomento (RODRIGUES, 2011; VIGEVANI, 2006).

Com a transição estratégica conduzida pelo governo federal, a partir de 1990, como exemplo a redução da sua área de atuação e privatizações, demandou-se dos governos subnacionais certa autonomia para que garantissem sua sobrevivência em momentos de crise. Dessa forma, sua inserção internacional também se justifica pelo fato de serem vistos como agentes de desenvolvimento econômico, uma vez que possuem um papel significativo em questões de planejamento e desenvolvimento, absorvendo as dinâmicas internacionais, tanto no âmbito regional quanto global. (MARIANO, BARRETO, 2004; VIGEVANI, 2006).

Para Jorge Mattoso, secretário de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo entre 2001 e 2003, enfatizou o despertar dos entes federados para atuar internacionalmente como forma de concretizar suas políticas, já que seus interesses não estavam sendo supridos pelo governo federal. O secretário argumenta que, como o processo de globalização foi conduzido pelo governo, as cidades não foram contempladas com o processo da melhor forma.

⁸ Essa se estende desde o período imperial até a ruptura do regime democrático, em 1964 (VIGEVANI, 2006).

Sendo assim, as metrópoles teriam o desafio de desenvolver suas próprias políticas de relações externas e para suas cidades (Suplicy e Mattoso, 2001 *apud* FRÓIO, 2015).

A trajetória do Estado brasileiro, no que tange à atuação internacional subnacional, possui elementos importantes para sua concretização. Dentre elas, destacam-se: (1) a construção do conceito de “diplomacia federativa”, que contribui para sua implementação, em 1994, como política de Estado; (2) a criação da Assessoria de Relações Federativas (ARF), dentro do Ministério das Relações Exteriores (MRE), em 1997, que culminou com a (3) abertura dos escritórios de representação regionais, no mesmo ano; (4) a fusão da ARF com a Assessoria de Assuntos Parlamentares, que resultou na Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (AFEPA), no ano de 2003; (5) o papel da unidade da Subchefia de Assuntos Federativos em coordenar questões internacionais junto aos governos subnacionais, juntamente com a elaboração e implementação da cooperação internacional federativa como política de Estado, também em 2003; e (6) a atuação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) nas cooperações envolvendo governos subnacionais, dentre outros movimentos importantes (MIKLOS, 2010).

Observa-se que os canais de relações intergovernamentais utilizados foram muito importantes para consolidar a CID no Brasil. A ARF e os escritórios estaduais do MRE se voltaram à cooperação e ao monitoramento da paradiplomacia e a SAF transformou a CID em um tema da presidência da república, impulsionando-a. Ao mesmo tempo, a Confederação Nacional dos Municípios e a Frente Nacional dos Prefeitos assumiram novas funções no âmbito externo, através das redes e associações internacionais (RODRIGUES, 2011). Esses movimentos demonstram o reconhecimento, pelo Estado nacional, da diplomacia federativa como instrumento político, de modo a facilitar a coordenação e o controle das unidades subnacionais e suas pautas de interesses. Fica evidente que a intenção do governo federal em articular essas manobras

tenha sido a de proteger seu status de porta-voz único dos interesses de sua população no exterior [...]. Daí a percepção da necessidade de uma política capaz de evitar dissonâncias nas atuações internacionais das esferas nacional e subnacional e coordenar - e, portanto, controlar, tutelar – tal modalidade de inserção internacional.” (MIKLOS, 2010, p.48).

Quanto aos escritórios de representação regional do MRE, esses perderam a relevância que possuíam quando criados, dado a desarticulação da diplomacia federativa como política de Estado, principalmente com o advento do governo Lula da Silva e a criação da AFEPA. Ao novo órgão compete somente assessorar os governos subnacionais em suas ações externas, quando não se trata de cooperação internacional. Nas atividades de cooperação, a cooperação

descentralizada é coordenada pela Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República, enquanto que a cooperação técnica fica a cargo da ABC (MIKLOS, 2010).

Entende-se que a baixa atuação da AFEPA advém da atual compreensão de que a atuação internacional subnacional não ameaça a política externa brasileira, sendo assim o controle ou constrangimento dessa atuação torna-se desnecessário. Esse *gap* institucional prejudica a continuidade das ações paradiplomáticas brasileiras (VIGEVANI, PRADO, 2010).

No que tange a essa questão, o que se observa no Brasil é o mesmo que na maioria dos outros países: as ações subnacionais são predominantemente de *low politics*, isto é, não interferem nas estratégias estatais, pois não são ligadas a questões de segurança ou opções econômicas em geral. Keating (2003 *apud* VIGEVANI, 2006) caracteriza essas estratégias como *stop and go*, isto é, ora o tema da atuação internacional ganharia força no interior do aparelho administrativo subnacional, ora teria seu peso atenuado, a depender de sua relevância para o Estado nacional.

Além disso, a única regulamentação específica para institucionalizar as ações subnacionais diz respeito aos acordos financeiros, autorizados pelo Senado Federal, sendo assim, não há institucionalização para outras atividades internacionais. O que se nota a partir disso é o grande número de acordos informais, que não só limitam as ações externas dos atores, mas as prejudicam, pois sustentam a “tendência da descontinuidade, dispersão de objetivos e a dependência das opções dos governantes” (LESSA, 2002 *apud* VIGEVANI, PRADO, 2010).

Há, de acordo com Rodrigues (2004), dois momentos principais que dividem a cooperação internacional descentralizada no Brasil através dos tratados e protocolos bilaterais: (1) redemocratização, com a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Econômico, em 1988, entre Brasil e Argentina, o primeiro a prever atuação internacional de estados e municípios brasileiros; e (2) consolidação da CID na política externa brasileira, que ocorreu no governo Lula da Silva, com a assinatura de dois protocolos adicionais a tratados de cooperação com a Itália (2007) e com a França (2008), que estabeleceram relações de entes subnacionais brasileiros com regiões italianas e com a Guiana Francesa.

No âmbito das organizações internacionais, alguns fatores contribuíram para o avanço da CID, bem como os temas da agenda pós-Guerra Fria - como Meio Ambiente -, que atingem diretamente interesses e responsabilidades locais, e os processos de integração regional, iniciados na década de 1990. Ademais, temas como cultura, educação, direitos humanos e desenvolvimento são incorporados na agenda subnacional através de órgãos como o PNUD, a OEA, os BRICS e o Banco Mundial. No âmbito da cooperação técnica, há um número grande

de acordos nos últimos anos, que contribuem para o desenvolvimento da CID no Brasil. As redes de cidades são um notório exemplo quando se trata de governos municipais (RODRIGUES, 2011).

No Brasil, a paradiplomacia ocorre nos âmbitos municipal e estadual. Há algumas diferenças entre os dois níveis em relação às possibilidades de inserção, bem como os critérios de: (1) *autonomia*, em que os municípios a desfrutam em maior escala, graças a seu caráter misto, utilizando seu lado de ator não-soberano com maior liberdade; já os estados possuem maiores limitações, próprias do seu condicionamento direto à soberania estatal; (2) *agenda*, em que nos municípios prioriza-se os temas sociais, na medida em que nos estados a prioridade econômico-comercial é maior; (3) *instrumentos*, em que nos municípios a principal motivação é desenvolvimento e bem-estar coletivo, e nos estados a tendência é de instrumentos clássicos de promoção comercial⁹; (4) *uso da cooperação*, da qual nos municípios prioriza-se as redes e irmanamentos, a maioria de caráter multilateral, já no âmbito estadual, as cooperações bilaterais são prioritárias; e (5) *estrutura paradiplomática*, na qual nos municípios inclina-se às mais simples, e nos estados costumam ser mais complexas e duradouras, normalmente com canais de conexão formais com a política externa e maior planejamento para sua atuação (RIBEIRO, 2009).

Em relação à paradiplomacia estadual, a agenda priorizada se relaciona a questões comerciais, como acima mencionado. Contudo, a atuação não se limita a este tema. A cooperação técnica e a promoção do turismo também são ações de destaque dentre os estados brasileiros. Nesse sentido, a tendência é que nos estados mais desenvolvidos a atuação internacional seja maior, principalmente pelo fato de que se deparam com condições materiais mais propícias para desenvolverem ações externas, além de serem destinos mais atrativos de entidades estrangeiras. Contudo, por outro lado, nos estados menos desenvolvidos - principalmente os estados nordestinos da Bahia, Ceará e Pernambuco - as motivações são justamente a busca da promoção de suas regiões, dado as poucas condições existentes (FRÓIO, 2015).

No Brasil, a CID não está prevista na Constituição e não há um marco jurídico para definir suas diretrizes, o que atrapalha o desenvolvimento da cooperação, pois não esclarece às autoridades subnacionais suas possibilidades de atuação internacional; pelo contrário, fazem-nas receosas de ferir a legalidade nacional ou as impossibilitam de conhecer o processo (RODRIGUES, 2011).

⁹ Como missões comerciais, participação em feiras de negócios (RIBEIRO, 2009).

Ademais, embora este trabalho encare a CID como um elemento chave na busca pelo desenvolvimento local, há outros desafios a se considerar. A falta de instituições maduras, por exemplo, faz com que os governos subnacionais não enxerguem a relevância de agir internacionalmente. Ademais, a ausência de planejamento, política internacional definida, estrutura e equipes preparadas e pouco interesse por parte dos governantes¹⁰ são agravantes ainda maiores (FRÓIO, 2015). Outro problema é a banalização dessa atuação com acordos sem resultados práticos, além da escassez de monitoramento e avaliação dos projetos de cooperação, o que impede a distinção de experiências bem ou malsucedidas, bem como seus impactos para o campo (GARCÍA *et al.*, 2015).

As barreiras que impedem o desenvolvimento da CID no Brasil aparecerem de forma clara na região nordeste, que abarca alguns dos estados com os mais baixos IDHs do país, e com participação internacional relativamente baixa, quando comparada com as outras regiões. Ainda assim, há um progresso a ser considerado, e o estado da Bahia é um exemplo para a região, como veremos a seguir.

2.2. A Região Nordeste

Em uma pesquisa realizada com os estados brasileiros para avaliar sua inserção internacional, observou-se que, no geral, os estados mais desenvolvidos tendem a priorizar a atuação internacional em relação aos menos desenvolvidos, seja por melhores condições materiais ou por serem destinos mais atrativos para as entidades internacionais (FRÓIO, 2015). No que tange à participação internacional dos estados nordestinos, a maioria dos estados da região tem atuação média ou baixa, diferentemente das regiões sul e sudeste, por exemplo. Os estados foram agrupados de acordo com o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), e se encaixam nos grupos de menor índice.

Em relação a forma de atuação, os estados nordestinos atuam, em sua maioria, de duas formas: de maneira ativa mas sem estratégia internacional definida (51,8%), ou de acordo com demandas que surgem, com pouca ou nenhuma iniciativa (33,4%). Outra característica diz respeito ao ambiente decisório, mais concentrado do que a média, portanto, mais dependente do governador. A região também apresenta 48% de inexistência de um setor específico para lidar com assuntos internacionais, o maior percentual dentre as regiões brasileiras. Os estados com melhor desempenho são Ceará, Pernambuco e Bahia (FRÓIO, 2015).

¹⁰ Autores como Keating (2004) e Vigevani e Prado (2010) acreditam que a intensidade da atuação subnacional depende, em grande parte, da vontade dos governantes.

Os funcionários da região nordeste atribuem menor importância a assessoria internacional em relação às outras regiões do país¹¹. As áreas priorizadas na região são (1) interesses econômicos e (2) promoção do turismo (FRÓIO, 2015).

Os tipos de instituição estadual para tratar de assuntos internacionais também são um indicativo da importância que se atribui à atividade. A tabela a seguir realiza este levantamento, nomeando os órgãos de cada estado nordestino responsáveis pela atuação internacional.

Tabela 1 – Tipos institucionais encontrados na região Nordeste entre 1999-2014¹²

Tipo institucional predominante na região Nordeste entre 1999-2014		
U.F.	Órgão específico	Órgão não-exclusivo
Alagoas	Assessoria de Assuntos Internacionais do Gabinete do Governador	
Bahia	Assessoria Internacional do Gabinete do Governador	
Ceará	Assessoria para Assuntos Internacionais do Gabinete do Governador	
Maranhão		Secretaria de Desenvolvimento, Indústria e Comércio
Paraíba		Secretaria do Turismo e do Desenvolvimento Econômico
Pernambuco		Secretaria de Governo e Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Piauí		Secretaria de Governo
Rio Grande do Norte		Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
Sergipe		Secretaria de Estado de Planejamento e Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia

¹¹ 65% dos funcionários consideram a assessoria internacional importante. Na região Norte e Centro-Oeste são 75%, frente a 81% no Sul e 92% no Sudeste (FRÓIO, 2015).

¹² Alguns órgãos foram extintos neste período, entretanto foram incluídos na tabela.

Fonte: Fróio, 2015, adaptado.

No geral, as regiões Norte e Nordeste possuem o maior número de órgãos paradiplomáticos não exclusivos, demonstrando um desempenho menor do que o restante do país. Contudo, os estados da Bahia e Pernambuco apresentam desempenho maior que a média regional. Dentre as principais funções destes órgãos, destacam-se o monitoramento de assuntos internacionais, assessoramento aos governos nos mesmos assuntos, organização de viagens internacionais do(a) governador(a), supervisão de acordos e tratados internacionais, promoção do comércio, cooperação e ações fronteiriças (BUENO, 2010 *apud* FRÓIO, 2015).

No que tange aos projetos de cooperação, há dois tipos de projetos utilizados pelos estados brasileiros nesta área. A primeira é a cooperação financeira, que possui, principalmente, projetos voltados para a área de infraestrutura, meio ambiente e gestão pública. A segunda é a cooperação técnica, que prioriza as áreas de meio ambiente, desenvolvimento econômico, inclusão social, gestão pública e saúde. A tabela a seguir mostra a quantidade de projetos de cooperação realizados nos estados do Nordeste.

Tabela 2 – Projetos de cooperação Financeira e Técnica no Nordeste

Número de projetos de cooperação realizados nos estados do Nordeste		
U.F.	Cooperação Financeira	Cooperação Técnica
Alagoas	6	6
Bahia	25	22
Ceará	29	11
Maranhão	4	8
Paraíba	6	9
Pernambuco	22	24
Piauí	10	4
Rio Grande do Norte	7	7
Sergipe	12	5

Fonte: Fróio, 2015, adaptado.

O estado brasileiro com maior número de projetos de cooperação é São Paulo¹³. Todavia, o segundo lugar é ocupado pela Bahia, estado com um dos menores IDHM, como já mencionado, seguido por Pernambuco e Ceará. Faz-se necessário considerar alguns aspectos.

¹³ O estado realizou 47 projetos de cooperação financeira e 28 projetos de cooperação técnica, totalizando 75 projetos.

Por exemplo, a viabilidade de um projeto de cooperação financeira internacional está diretamente vinculada à capacidade de endividamento de um estado, não só à capacidade material e ao interesse do governante. Além disso, por mais que os estados nordestinos estejam no topo da lista, verifica-se que a maioria dos acordos de cooperação firmados ocorreram até 2007 na Bahia e no Ceará, e até 2010 em Pernambuco, ou seja, há poucos projetos de cooperação mais recentes (FRÓIO, 2015).

A explicação mais plausível nesta situação é o subdesenvolvimento estadual como incentivo à inserção internacional, ou seja, a atuação externa dos estados menos desenvolvidos ocorre com o intuito de promover o desenvolvimento local. No geral, as temáticas que prevaleceram nos projetos de cooperação na região foram inclusão social, turismo, desenvolvimento econômico e social. Os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará celebraram uma média de 2,5 acordos por ano. Na Bahia os projetos focaram-se no desenvolvimento econômico e social. No Ceará, assim como na Bahia, priorizou-se a promoção da inclusão social, além do turismo e do desenvolvimento local sustentável. Já Pernambuco voltou-se para o desenvolvimento econômico e gestão pública (FRÓIO, 2015).

No que tange à atuação dos municípios, o Brasil possui, no total, 30 governos com área internacional. Destes, apenas 3 pertencem à região nordeste¹⁴. Já o número de municípios com algum responsável por assuntos internacionais¹⁵ é maior, sendo 116 no total e 18 na região Nordeste. A tabela a seguir mostra a relação de municípios com atuação internacional no Nordeste.

Tabela 3 – Municípios nordestinos que possuem atuação internacional.

Municípios da região Nordeste com atuação internacional entre 2005-2008			
U.F.	Município	Possui área internacional	Possui responsável por assuntos internacionais
Alagoas	Maceió		X
Bahia	Camaçari	X	
	Coronel João Sá		X
	Curaçá		X
	Feira de Santana		X
	Salvador	X	
Ceará	Arendadá		X

¹⁴ Trata-se de um número relativamente pequeno, uma vez que os municípios da região nordeste representam 32% (1793 municípios) do total de municípios do país.

¹⁵ Geralmente os responsáveis são assessores do Gabinete do prefeito (CNM, 2008).

	Cedro		X
	Crato		X
	Fortaleza		X
	Ubajara		X
Maranhão	Carutapera		X
	Chapadinha		X
Paraíba	João Pessoa		X
	São José da Lagoa Tapada		X
Pernambuco	Bodocó		X
	Recife	X	
Rio Grande do Norte	Messias Targino		X
	Mossoró		X
	Natal		X
Sergipe	Amparo de São Francisco		X

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados da CNM (2009).

É importante notar que, das 5 capitais do país que não possuem órgãos responsáveis por questões internacionais, 3 encontram-se no Nordeste. São elas: Aracaju (SE), São Luís (MA) e Teresina (PI), o que demonstra, mais uma vez, a inconsistente inserção internacional na região, uma vez que estas cidades possuem envolvimento internacional, contudo, sem estrutura consolidada.

Entretanto, ainda que o Nordeste não demonstre um desempenho de atuação paradiplomática como as outras regiões do país, é possível notar seu progresso, na medida em que 32% dos municípios possuem algum envolvimento internacional. Nesse sentido, é importante ressaltar que, apesar algumas cidades não possuírem um órgão ou responsável pelos assuntos internacionais, a paradiplomacia é exercida. Um exemplo é a cidade de Olinda, que participou de projetos ligados à União Europeia, possui acordos de irmanamentos de cidades, dentre diversas atividades internacionais (RIBEIRO, 2009).

Dentre os municípios que possuem área internacional, as prioridades de atuação são: (1) cooperação técnica, (2) captação de recursos internacionais, (3) assessoria ao gabinete, (4) comércio exterior e (5) fomento ao turismo. Já nos municípios que possuem responsáveis por assuntos internacionais, as prioridades são: (1) captação de recursos internacionais, (2) fomento ao turismo, (3) cooperação técnica, (4) comércio exterior e (5) assessoria ao gabinete (CNM, 2009).

As principais dificuldades enfrentadas por esses municípios são a manutenção da estrutura interna, ausência de legislação específica para o tema e falta de quadro-técnico capacitado, dentre outros (CNM, 2009).

3. Atuação internacional do estado da Bahia

O estado da Bahia é o 5º maior em extensão territorial e o 4º maior em população do Brasil. Além disso, é a maior economia do Nordeste, responsável por 1/3 do PIB, e mais da metade das exportações da região (BAHIA, 2018).

A cidade de Salvador possui grande relevância para as relações internacionais brasileiras, uma vez que, sendo a primeira capital do país, “representava o centro de convergência de Portugal com o continente sul-americano, e, além disso, era o porto de entrada mais importante para o tráfico de escravos com o continente africano” (RIBEIRO, 2009). Quanto às questões culturais, o estado conserva tradições religiosas de matriz africana e indígena, além de muitos descendentes lusófonos e espanhóis, o que é fundamental para definir a identidade da região no contexto federativo. O fato de possuir uma personalidade africana e caribenha caracteriza um forte potencial para a cooperação técnica com estes países.

As primeiras iniciativas internacionais baianas se deram com os irmanamentos de cidades, na década de 1960, entre Salvador e algumas cidades estadunidenses, e na década de 1980, com cidades de Portugal, Benin e Guiana Francesa. Ainda neste período, o Promo-Centro Internacional de Negócios da Bahia institucionalizou suas ações internacionais de modo a fomentar os negócios baianos. Na gestão do prefeito de Salvador João Henrique (2005-2013) fundou-se o primeiro aparato público para tratar de questões internacionais na Bahia, a Secretaria de Relações Internacionais – SECRI -, sendo também a primeira do Nordeste para tratar do tema. O aparato municipal foi criado antes do estadual, que ocorreu somente dois anos após a fundação da SECRI. Seus objetivos de longo prazo eram

(1) posicionar Salvador como uma cidade global, com atributos econômicos e culturais que a tornam atrativa para receber visitantes e investidores estrangeiros, visando promoção do desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda para a população local; (2) captar recursos financeiros e tecnológicos para viabilizar projetos sociais que contribuam para a elevação da qualidade de vida da população de Salvador; e (3) estabelecer sólidos vínculos com bancos internacionais de desenvolvimento, tais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, para o financiamento de projetos estruturantes no município (informação verbal) (SECRI, 2005 *apud* RIBEIRO, 2009).

Já os objetivos de médio prazo eram, em sua maioria, relacionados à cooperação internacional, bem como: parcerias com órgãos internacionais para desenvolver as áreas da

educação ambiental, desenvolvimento sustentável, educação, reforço das tradições culturais, étnicas e religiosas, igualdade de gênero, transporte público e saúde. Além disso, objetivou-se a realização de missões multissetoriais e atração de eventos internacionais (RIBEIRO, 2009).

Entre os anos de 2007 a 2014, o governo do estado da Bahia introduziu novas vertentes ao seu plano de desenvolvimento, priorizando parcerias internacionais que possibilitassem ganhos a seu território em termos econômicos, tecnológicos, sociais e ambientais. O governador Jaques Wagner somou ao seu Gabinete a Assessoria Internacional, que, posteriormente, entregou à Secretaria Extraordinária para Assuntos Internacionais e da Agenda da Bahia – Serinter – algumas atividades específicas. Nesse sentido, essas estruturas são responsáveis pela “gestão estratégica da agenda internacional do Governador, pela integração das ações internacionais desenvolvidas junto às demais secretarias e pela interlocução do Governo com as instâncias diplomáticas e os organismos internacionais parceiros” (BAHIA, 2014).

Dessa forma, ao aliar seu planejamento estratégico com as prioridades do governo estadual do período, impulsionou-se o que se chamou de internacionalização ativa, da qual a Bahia construiu, a partir de suas particularidades culturais, sociais e econômicas, uma estratégia autônoma de ação externa. O governo priorizou projetos e ações de inclusão social, desenvolvimento econômico e sustentabilidade no que tange à cooperação bilateral e multilateral (BAHIA, 2014).

No âmbito das relações bilaterais, o governo do estado buscou fortalecer suas relações com outros governos e a Cooperação Sul-Sul. A Bahia é, atualmente, referência em Cooperação Sul-Sul, tanto na modalidade recebida quanto prestada. Já nas ações multilaterais com organismos internacionais, o estado recebeu diversas visitas e firmou vários acordos com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico local através de políticas e programas públicos. Ademais, foram promovidas missões, protocolos de investimentos e participações em eventos estrangeiros, com o objetivo de atrair investimentos para o estado (GABINETE DO GOVERNADOR, 2014).

No total, no período de 2007-2014, a agenda baiana pautou 553 ações internacionais, sendo elas: 208 visitas institucionais recebidas, 89 acordos de cooperação assinados, 72 eventos internacionais sediados na Bahia, 67 missões promocionais, 61 protocolos de investimentos assinados, 56 participações em eventos no exterior (BAHIA, 2014).

Em relação às visitas internacionais recebidas pelo Gabinete do Governador, o tema mais reproduzido foi a promoção do desenvolvimento, ratificando a diretriz imposta pelo governador de gerir as relações internacionais para promover o desenvolvimento local. O

segundo tema mais tratado foi a cooperação, visando a troca de conhecimentos para atingir os objetivos propostos. Outro tema relevante foi a Cultura, que, vinculado ao turismo fazem-se essenciais para a promoção internacional baiana (GABINETE DO GOVERNADOR, 2014).

As ações internacionais foram alinhadas com as prioridades do governo estadual. Estas foram agrupadas em áreas temáticas, e organizadas sob três eixos: (1) Inclusão Social e Afirmação de Direitos, que inclui os temas de Desenvolvimento Social, Inclusão Produtiva, Saúde, Educação, Segurança Pública, Trabalho e Renda, Esporte e Lazer, Cidadania e Direitos Humanos, Gênero, Raça e Etnia; (2) Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento, onde se encaixam os temas de Infraestrutura Logística e de Telecomunicações, Energia, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Economia Verde, Desenvolvimento Urbano-Cidades Sustentáveis, Cadeias Produtivas do Agronegócio, Turismo, Cultura e Desenvolvimento, Indústria, Mineração e Serviços Estratégicos; e, por fim, o eixo (3) Gestão Democrática do Estado, com os temas de Planejamento e Gestão Estratégica, Gestão Fiscal, Modernização da Gestão Pública, Relação Governo-Sociedade, Pacto Federativo (BAHIA, 2014).

Quanto aos acordos de cooperação técnica internacional, estes foram prestados à diversos países, com foco nos países do Sul. Todos os projetos foram elaborados e executados em parceria com a ABC/MRE. A tabela a seguir indica os países/agências e áreas temáticas da cooperação articulada pelo Governo do estado da Bahia, sob o eixo temático 2, Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento.

Tabela 4 – Cooperação Técnica Internacional realizada pelo estado da Bahia no eixo Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento.

Cooperação Técnica Internacional no estado da Bahia assinada com governos ou agências - eixo temático Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento (2007-2014)	
País/Agência	Área temática
Cabo Verde	Gestão das águas
Benin	Desenvolvimento de projetos nas áreas econômica, social, cultural e religiosa
Israel	Tecnologia de dessalinização de águas do subsolo e mitigação da seca no Semiárido baiano
Nepal	Agronegócios e construção de Usinas Hidrelétricas
Nova Zelândia	Agricultura

Programa Mundial de Alimentos (PMA-ONU)	Segurança Alimentar e valorização da agricultura familiar
São Tomé e Príncipe	Gestão das águas
Tanzânia	Fruticultura (agricultura irrigada e combate à pragas)
União Europeia	Desenvolvimento social e combate à pobreza
Venezuela/PNUD	Projeto Orquestra Neojibá
World Watch Institute - WWI	Meio Ambiente

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados da BAHIA (2014) e do GABINETE DO GOVERNADOR (2014).

Dentre os projetos acima, o projeto assinado para o aprofundamento do conhecimento sobre sistemas de produção da agricultura tropical na Tanzânia é uma iniciativa do Programa de Cooperação Técnica Descentralizada Sul-Sul.

3.1. CID na Bahia e o desenvolvimento local

Desenvolvimento é um conceito polissêmico, que vem sendo ressignificado de acordo com a centralidade que se atribui a ele – econômica, social e ambiental. Apesar deste trabalho não se propor a discutir suas diversas vertentes teóricas, é essencial compreender o que entendemos como desenvolvimento local¹⁶.

Primeiramente, assumimos que, para atingir determinado grau de desenvolvimento econômico e social no mundo globalizado, é necessário desvincular a noção de desenvolvimento à, exclusivamente, crescimento econômico. De acordo com Amartya Sen (2010, p.16 *apud* SANTANA, 2012), “desenvolvimento é essencialmente um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”, ou seja, trata-se da liberdade que extrapola as noções econômicas, que leva os cidadãos a possibilidade de acesso aos direitos, inclusão e equidade. Por outro lado, essas liberdades devem estar vinculadas à qualidade das instituições de uma sociedade, que sintetizam as crenças de um povo (NORTH, 1981 *apud* SANTANA, 2012).

Ignacy Sachs, autor que possui grande influência nas ideias do governo da Bahia, acredita que a estratégia do desenvolvimento possibilita ao indivíduo expressar suas capacidades, buscando a autorrealização mediante esforços coletivos e individuais. É nesse sentido que a perspectiva do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) tem se sobressaído neste campo (SANTANA, 2012). Trata-se de alçar o desenvolvimento humano em

¹⁶ Autores como Veiga (2008), Siscú, Paula, Michel (2005), Benko (2000), e Silveira, Bocayuva, Zapata (2002) discutem, por diferentes vertentes, o desenvolvimento local.

quatro dimensões: econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental, apresentando uma visão alternativa àquela centrada no mercado – apesar de ainda considerá-lo -, e propondo programas que desenvolvem o capital humano e social.

A relação entre a Cooperação Descentralizada e o desenvolvimento local é estabelecida com o argumento de que a CID pode ser, atualmente, um instrumento de política pública¹⁷. Sendo assim, os governos locais, ao estabelecerem vínculos com o exterior, executam estratégias em função do desenvolvimento local, como é o caso do governo baiano. Os principais aspectos a serem considerados para desenvolver políticas locais a partir da CID são:

(a) conhecimento local e reconhecimento internacional, (b) novos instrumentos de desenvolvimento, (c) a importância dos municípios de fronteira, (d) integração e política externa brasileira, (d) promoção cultural, econômica e turística e (f) fontes de recursos (CEZÁRIO; ANDRADE, 2008).

Em relação ao primeiro aspecto, observa-se que os problemas locais, em sua maioria, são responsabilidade de técnicos locais, muitas vezes sem chegar ao menos na instância federal. Assim, empoderar os gestores locais através do intercâmbio internacional é uma forma de atender as demandas, mas principalmente conservar uma prática que lhes foi ensinada. Quanto ao segundo aspecto, este novo modelo de cooperação, que tem como princípio o compartilhamento de experiências baseado no conhecimento local, também exige que o desenvolvimento humano seja produto do empoderamento na esfera micro (CEZÁRIO; ANDRADE, 2008). Para Estepa (2010)

La cooperación descentralizada se demuestra en sí misma como un elemento verdaderamente fundamental para el fortalecimiento de estructuras organizativas de carácter local/regional y contribuye al desarrollar modelos innovadores y de gestión desde la sociedade civil, a través de la transferencia de conocimientos técnicos y del desarrollo de capacidades.

De acordo com o Gabinete do Governador da Bahia (2014), as ações internacionais do período produziram resultados concretos em atração de investimentos, cooperação técnica e financeira e reforço à cooperação Sul-Sul, o que gerou a interiorização do desenvolvimento no estado. Em relação aos investimentos estrangeiros por exemplo, no ano de 2012, dos USD 1,35 trilhões que foram investidos no mundo, USD 65 bilhões foram no Brasil, e a Bahia foi o quarto

¹⁷ Isto porque, com a evolução desse mecanismo de atuação internacional, relações mais equilibradas tem se desenvolvido, o que gera intercâmbio de experiências, reciprocidade e interesse mútuo, e não mais uma atividade com visão vertical e assistencialista (ESTEPA, 2010).

estado que mais recebeu investimentos do país¹⁸. Isso se deve, principalmente, à quantidade de protocolos de intenção de investimentos assinados entre o governo e empresas de capital internacional. Foram investidos, no total, USD 24 bilhões, e gerados 27 mil novos empregos.

No período analisado, foram desenvolvidos diversos programas a partir das ações internacionais, desde visitas, até acordos de cooperação. No eixo do Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento foram realizados 11 programas, em 9 áreas temáticas diferentes. Nesse sentido, o programa “Economia Criativa”, que se encaixa na área temática Cultura e Desenvolvimento, merece destaque, na medida em que amparou as promessas do governo estadual de fortalecer os negócios culturais baianos e ofereceu suporte a seus agentes através da formação e qualificação na área da cultura. Ademais, o programa impulsionou tal segmento através de financiamentos das atividades culturais, favorecendo a pluralidade cultural e estimulando o desenvolvimento sustentável no estado, de forma a dar visibilidade à cultura baiana, por meio do intercâmbio e da cooperação nacional e internacional.

4. Estudo de caso: a Economia Criativa e o programa Neojibá

Economia criativa é um termo utilizado pelo Ministério da Cultura para definir a economia do simbólico, advinda das dinâmicas culturais, sociais e econômicas que são construídas com a criação, produção, distribuição e consumo de bens e serviços derivados de setores criativos (FREITAS, 2012). Trata-se de atividades produtivas em que o principal insumo é de natureza imaterial, criativa. Nela se inserem setores que englobam cultura e tecnologia, bem como música, software, artes e comunicação em geral¹⁹ (PASSOS, 2013).

As indústrias criativas têm gerado uma receita significativa ao redor do mundo. Em 1999, a Cultura, como atividade econômica, correspondeu a 7,5% do PIB mundial, o que a faz um setor econômico-chave em países como EUA e Inglaterra (FREITAS, 2012). No Brasil, de acordo com a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), em 2011, os empreendimentos criativos movimentaram R\$ 110 bilhões, o que coloca o país como um dos maiores produtores criativos do mundo. Além disso, o setor tem sido cada vez mais incluso nas discussões sobre formas de alcançar o desenvolvimento, e, apesar da participação desses empreendimentos na composição do PIB estadual ser relativamente pequena, a Bahia é a grande responsável pela difusão do tema (RAMOS, 2013).

¹⁸ Dados da Rede Nacional de Informações sobre o Investimento.

¹⁹ O Ministério do Trabalho e Emprego dividiu as atividades de Economia Criativa em 14 segmentos, sendo eles: Arquitetura e Engenharia, Artes, Artes Cênicas, Biotecnologia, Design, Expressões culturais, Filme e vídeo, Mercado editorial, Moda, Música, Pesquisa & Desenvolvimento, Publicidade, Software, computação e telecom e Rádio e Tv (RAMOS, 2013).

Em 2005, um ano após o encontro da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), onde nasceu o termo Economia Criativa no Brasil, Salvador realizou o Fórum Internacional de Indústrias Criativas (FONSECA, 2013). Na medida em que a economia criativa gera ganhos culturais, sociais e econômicos, construir uma pauta de desenvolvimento que valorize o empreendedorismo, o conhecimento e a criatividade do povo baiano parece ser um caminho próspero nesta busca.

Em 2013, a projeção de investimentos públicos e privados, para os anos seguintes, na Bahia, era de R\$ 70 bilhões “em obras de infraestrutura logística, hídrica e na verticalização de cadeias produtivas ligadas, especialmente, ao agronegócio, à mineração, à energia eólica, aos biocombustíveis e ao setor de petróleo e gás” (RAMOS, 2013, p.18). Tais investimentos possibilitam ao estado melhorar os índices de emprego, além de facilitar as condições de trocas comerciais e competitividade, que se faz essencial em um estado como a Bahia, que ainda exibe índices sociais preocupantes.

Todavia, apesar de apresentar potencialidades, o caráter emancipador da economia criativa não leva, necessariamente, ao desenvolvimento. Isso depende da forma com que se lida com os conflitos inerentes à economia capitalista que vivemos, e suas correlações de força, que carregam consigo grandes contradições sociais. Dessa maneira, é necessário que a economia criativa se desenvolva com base em valores como socialização das oportunidades, sustentabilidade, justiça social, respeito à diversidade, dentre outros pilares essenciais que possibilitem construir novas formas de organização da produção e do consumo. Trata-se de um potencial embrião de um modelo de desenvolvimento sustentável, que possui grandes possibilidades de sucesso na Bahia, através de políticas públicas e programas como o “Economia Criativa” (RUBIM, 2013).

Nessa nova estrutura, como já mencionado, prefeitos e prefeitas, governadores e governadoras são grandes responsáveis por conduzir esse processo, juntamente com outros atores, uma vez que o desenvolvimento local demanda, também, inovações na gestão pública municipal e estadual (JESUS, 2013). Em 2007, foi criada a Secult (Secretaria de Cultura da Bahia), que reconheceu a economia criativa como linha estratégica no estado. Nesse momento, foi fundado o programa Bahia Criativa, que, em 2012, deu origem ao programa Economia Criativa, transversal a diversas secretarias do estado.

Nesse sentido, o programa Economia Criativa foi implantado no estado da Bahia com o objetivo de “desenvolver ações de fomento e promoção à economia criativa, contemplando a diversidade de áreas e manifestações da cultura” (GABINETE DO GOVERNADOR, 2014). Desde então, o governo da Bahia tem buscado territorializar e democratizar as políticas de

cultura, além de fortalecer os setores da economia criativa, através de seis eixos estruturantes: (1) informação e reflexão, (2) formação e qualificação, (3) fomento especializado, (4) promoção, (5) territórios criativos e (6) projetos estruturantes (BULCÃO, SANTOS, BRIZUELA, 2012). O programa desenvolveu ações com 23 países, dentre eles Angola, Benin e Moçambique, além do Fórum Social Mundial, entre 2007 e 2014. As iniciativas planejadas pelo programa foram:

- a) participação e realização de temporadas culturais, festivais e eventos nacionais e internacionais;
- b) atração de espetáculos e eventos internacionais de qualidade;
- c) criação e dinamização de redes artísticas e culturais;
- d) promoção de residências e bolsas de formação artística e cultural;
- e) participação em eventos e feiras;
- f) apoio na tradução de obras baianas para outros idiomas e em edições binacionais de livros; e,
- g) realização de campanhas para promoção e difusão da cultura e da produção cultural do Estado, nacional e internacionalmente (GABINETE DO GOVERNADOR, 2014).

Tais ações reforçam a estratégia de internacionalização ativa discutida anteriormente, na qual o governo estadual priorizou parcerias internacionais, aliando-as a seu planejamento estratégico, com base em uma ação externa mais autônoma. As prioridades baianas estiveram, nesse momento, intimamente ligadas à projeção internacional do estado.

Uma das iniciativas inseridas no programa Economia Criativa é o programa NEOJIBA (Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia). Criado em 2007, com o objetivo de promover a integração e o desenvolvimento social de crianças, adolescentes e jovens por meio da prática orquestral e coral, o NEOJIBA é o primeiro programa do governo brasileiro inspirado integralmente no *El Sistema*, Sistema Nacional de Orquestras e Coros Juvenis e Infantis da Venezuela, criado em 1975 e aclamado no mundo todo. Trata-se de uma das principais políticas públicas venezuelanas, que articula assistência social e cultura, mostrando-se como um modelo não só pedagógico, mas artístico e social (PNUD, 2015).

Tanto o *El Sistema* quanto o NEOJIBA possuem como base conceitual a ideia de que para romper com o ciclo de geração de pobreza, oferecer meios para a aquisição de riqueza material não basta. Deve-se, portanto, unir a oferta daquela à riqueza espiritual, de forma a cultivar valores e qualidades para o exercício da cidadania. A música é tratada não só como arte, mas como um caminho para adquirir valores éticos e estéticos que geram crescimento individual e coletivo (PNUD, 2015).

O programa é fruto de uma cooperação técnica entre o Governo do Estado da Bahia e a FESNOJIV (Fundación Del Estado para El Sistema Nacional de las Orquestas Juveniles de Venezuela), e foi, inicialmente, desenvolvido no âmbito da Secult. Contudo, em 2014, foi transferido para a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES), atualmente Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS), e é gerido pelo Instituto de Ação Social pela Música (IASPM), antes denominado Associação de Amigos das Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia e do NEOJIBA (AOJIN).

Além de ser financiado com recursos do Fundo de Combate à Pobreza do Governo do Estado da Bahia, o programa conta com a cooperação técnica internacional do PNUD, que oferece expertise técnica e processos licitatórios para a aquisição de equipamentos de instrumentos musicais. Ademais, o PNUD possui conhecimento acumulado com a experiência no Escritório na Venezuela, do qual ofereceu apoio a suas orquestras, o que pode contribuir ainda mais para o desenvolvimento do NEOJIBA. A ABC também possui atribuições quanto ao programa, de acordo com diretrizes do governo federal para projetos de execução nacional (PNUD, 2014b).

As avaliações e monitoramentos são realizados de acordo com o Sistema de Informações Gerenciais de Acompanhamento de Projetos (SIGAP), um sistema da ABC em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF e a Controladoria Geral da União, que é responsável por organizar tais informações relacionadas aos projetos de cooperação técnica internacional. O papel do PNUD nesse aspecto é realizar o controle de qualidade do projeto. Em relação as avaliações e monitoramentos, a ABC não disponibiliza os registros²⁰, contudo a própria plataforma do NEOJIBA disponibiliza alguns resultados que o projeto atingiu nestes 11 anos de existência (PNUD, 2014b).

O NEOJIBA atende aproximadamente 4600 crianças, adolescentes e jovens, através dos Núcleos de Prática Orquestral e Coral, da Rede de Projetos Orquestrais da Bahia, do programa Pacto Pela Vida e do NEOJIBA nos Bairros. Os(as) beneficiários(as) do programa são cidadãos, cidadãs e grupos em situação de vulnerabilidade e riscos, bem como pessoas “com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social, dentre outros” (PNUD, 2014a, p. 15). Do total de alunos e alunas, 85% são negros e negras ou pardos e pardas e 74% das famílias possuem renda de até

²⁰ Uma das críticas em relação a ABC é a falta de transparência em muitos processos que dizem respeito à cooperação técnica internacional.

2 salários mínimos (NEOJIBA, 2017).

Ademais, o programa oferece caravanas de apoio pedagógico a entidades que promovem o ensino da música, por todo o estado da Bahia. Existem atualmente 42 projetos que atuam em 36 municípios e 15 Territórios de Identidade da Bahia, que formam uma rede criada pelo próprio programa (NEOJIBA, 2018). Em 2017, o programa já havia realizado 854 apresentações públicas, para aproximadamente 500 mil pessoas, incluindo 7 turnês interacionais pela Europa e EUA (NEOJIBA, 2017). De acordo com o fundador e diretor geral do NEOJIBA, Ricardo Castro, o objetivo não é tirar crianças da rua, mas isso se torna uma consequência, uma vez que todos os participantes têm acesso a um ensino musical de alta qualidade, que resulta em integração social (CASTRO, 2010).

Assim como no *El Sistema*, o crescimento do NEOJIBA também se traduziu em criação de postos de trabalho internos, no qual ex-membros assumem funções de professor(a), coordenador(a), maestro/maestrina, etc., o que reflete mais uma conquista para o programa, corroborando com seu lema “aprende quem ensina”, e possibilitando a geração de emprego e renda (PNUDb, 2014).

Em 2015, o PNUD e o governo da Bahia assinaram um termo de cooperação com o objetivo de ampliar o projeto NEOJIBA. A agência da ONU se comprometeu em contribuir com a aquisição de instrumentos musicais com valor reduzido em 50%, além de auxiliar o projeto a aumentar suas ações, principalmente nos bairros, de forma a prevenir a violência e orientar a juventude. Além disso, o projeto possui a meta de melhorar o trabalho pedagógico nos núcleos estaduais, capacitando monitores e outros integrantes (ONU, 2015).

5. Considerações finais

Como vimos, a CID enfrenta barreiras no campo jurídico, político e gerencial. Apesar disto, as cidades e estados brasileiros têm conseguido se engajar no cenário internacional e tornar a cooperação possível. Quando observamos o número de cidades e estados que começam a abrir as portas de suas assessorias e secretarias – mesmo que não de forma exclusiva – para os assuntos internacionais, podemos notar que os gestores e gestoras começam a valorizar a importância desta oportunidade, que carrega consigo benefícios não só econômicos, mas culturais, políticos e sociais.

O Nordeste ainda expressa uma atuação tímida, pelos diversos motivos apresentados, que não dizem respeito somente às questões legais, mas principalmente a recursos materiais. Contudo, estados com Ceará, Pernambuco e Bahia destacam-se a nível nacional,

transformando-se em exemplos para a região. Quando olhamos para a Bahia, falamos de um estado cuja diversidade cultural é reconhecida mundialmente. Nesse sentido, pensar em uma alternativa de desenvolvimento que considere a criatividade e a riqueza de seu povo é essencial para transformar o Brasil em modelo de país em desenvolvimento. Neste caso, conseguimos demonstrar neste trabalho que o estado da Bahia, no período analisado, implementou ações internacionais que foram compatíveis com a estratégia de desenvolvimento estadual, no eixo estruturante “Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento”. Os outros eixos e áreas temáticas, dos quais foram implementadas diversas outras políticas, também dão um indício de que a Bahia obteve êxito em sua estratégia, contudo não foram analisadas neste trabalho para podermos fazer tal afirmação.

Nesse sentido, as ações internacionais contribuem para o desenvolvimento baiano na medida em que são incorporadas pelas próprias políticas de desenvolvimento econômico, social e cultural do estado, transformando-se em uma única estratégia, executada por diferentes instrumentos. O programa NEOJIBA mostra-se, então, como um excelente exemplo para a busca do desenvolvimento local, uma vez que foi exitoso em transformar uma cooperação técnica internacional em uma política pública de tamanha relevância para um estado como a Bahia, principalmente por ser fruto de um aprendizado oferecido pela Venezuela, vizinho que tem enfrentado tantos problemas socioeconômicos quanto o Brasil.

Seus impactos devem ser reconhecidos, primeiramente, pelo governo federal, de forma a incitar o estabelecimento um marco jurídico para a Cooperação Internacional Descentralizada no Brasil e, assim, ampliar seu acesso aos municípios e estados. Ademais, é de extrema importância que os governos subnacionais também tomem conhecimento de tais práticas, já que, como discutido neste trabalho, elas dependem quase inteiramente da vontade política de governantes.

O NEOJIBA é também um exemplo de que, uma vez que este tipo de política estabelece parcerias e raízes fortes - com as empresas, o terceiro setor e as próprias comunidades -, ela se torna efetivamente parte da sociedade, deixando de depender exclusivamente da gestão pública para que aconteça. É a integração social que se transforma em oportunidade.

Referências

ANDERSSON, Jenny. **Investment or Cost?:** The Role of the Metaphor of Productive Social Policies in Welfare State Formation in Europe and the US 1850-2000. World Congress In Historical Sciences, Sydney, jul. 2005.

BAHIA. ASSESSORIA INTERNACIONAL DO GABINETE DO GOVERNADOR. (Org.). **Agenda Internacional: Uma estratégia de desenvolvimento para a Bahia**. Salvador: Ag Editora, 2014.

BAHIA. **Por que a Bahia – O que é que a Bahia tem**. SDE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Disponível em: <<http://www.sde.ba.gov.br/Pagina.aspx?pagina=oqueequeabahiatem>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

BOGÉA FILHO, Antenor Américo Mourão. **A diplomacia federativa**. Brasília, Ministério das Relações Exteriores (mimeo.), 2002.

BULCÃO, Sirius; SANTOS, Luciano Damasceno; BRIZUELA, Juan. Economia criativa na Bahia: planejamento, perspectivas, formação e qualificação de empreendedores criativos. **Bahia: Análise & Dados**. SEI: Salvador, v.22, n.4. Out./dez. 2012.

CARDOSO, Gustavo; CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política**. Belém: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2005.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. AS CIDADES COMO ATORES POLÍTICOS. **Novos Estudos**, [s.l], n. 45, p.152-166, jul. 1996.

CASTRO, Ricardo. **Entrevista para a Revista Bravo**. Jan. 2010. Disponível em: <<http://www.ricardocastro.com/noticias-ver.php?cod=38#.WqvhzdvwDd>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

CEZÁRIO, Gustavo; ANDRADE, Mariana. **A cooperação Descentralizada no Brasil**. CEDIN/CNM, Belo Horizonte, 2008.

COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES. **Report on the implementation of decentralized cooperation**. Bruxelas, 1996.

CNM. Estudo: Observatório da Cooperação Descentralizada no Brasil. **Confederação Nacional dos Municípios**. Brasília: CNM, 2009. 128 p.

DUCHACEK, Ivo D. “**Perforated sovereignties: toward a typology of new actors in international relations**”, in H. J. Michelmann e P. Soldatos, *Federalism and international relations: the role of subnational units*, Nova York, Oxford University Press, 1990.

ESTEPA, Denisse Amara Grandas. La cooperación descentralizada como um nuevo modelo em cooperación para el desarrollo. **RAI – Revista Análisis Internacional**. Nº 1, Bogotá: 2010. Disponível em: <<https://revistas.utadeo.edu.co/index.php/RAI>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

FONSECA, Ana Carla. Economia Criativa na Baía – uma relação que amadurece. **Economia criativa e cidades criativas da Bahia: oficinas criativas**. Ana Carla Fonseca, Edival Passos, Luiz Barretto, Cláudia Leitão et al. Oficinas SEBRAE: Salvador, 2013. 64 p.; Il.

FREITAS, Mario Cezar. Um metamodelo da economia criativa e seu uso para prospecção de políticas públicas. **Bahia: Análise & Dados**. SEI: Salvador, v.22, n.4. Out./dez. 2012.

FRÓIO, Liliana Ramalho. **Paradiplomacia e o impacto da alternância de governos na atuação internacional dos estados brasileiros**. Recife, O autor, 2015.

GARCÍA, Chicas *et al.* **La cooperación descentralizada como generadora de políticas públicas locales em El Salvador: Caso Alcaldía Municipal de Santiago Nonualco, período 2001-2013**. San Salvador, El Salvador. 2015.

GABINETE DO GOVERNADOR. **Ações Internacionais**. Relatório Executivo 2007-2014. 2014. Disponível em: < <http://www.portalfederativo.gov.br/articulacao-federativa/assessoria-internacional/eventos-e-reunioes/iii-seminario-e-a-vi-reuniao-da-cooperacao-internacional-descentralizada-realizados-em-macapa-ap-nos-dias-18-e-19-de-agosto/apresentacao-vi-reuniao-cid-bahia>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

HELD, David. et al. **The Global Transformation Reader: an introduction to the globalization debate**. Polity Press: Cambridge, 2000.

IBGE. Número de municípios, população residente, por situação do domicílio, taxa de crescimento e razão de dependência, segundo as Unidades da Federação e classes de tamanho da população dos municípios - Brasil – 2000. **Indicadores Sociais Municipais**, 2000. Acesso em: 08 fev. 2018. Disponível em:

<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indicadores_sociais_municipais/tabela1c.shtm>.

JESUS, Maria Quitéria Mendes de. Municípios são estimulados a utilizar o potencial criativo e cultural a favor de desenvolvimento local. **Economia criativa e cidades criativas da Bahia: oficinas criativas**. Ana Carla Fonseca, Edival Passos, Luiz Barretto, Cláudia Leitão et al. Oficinas SEBRAE: Salvador, 2013. 64 p.; Il.

KEATING, Michael. Regiones y asuntos internacionales: motivos, oportunidades y estrategias. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BARRETO, Maria Inês e MARIANO, Marcelo Passini (orgs.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: Editora PUC/Editora UNESP/CEDEC/FAPESP, 2004.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence: world politics in transition**. Boston: Little-brown, 1977.

MARIANO, Marcelo Passini; BARRETO, Maria Inês. **Questão subnacional e integração regional: o caso do Mercosul**. In: VIGEVANI, Tullo et al. **A Dimensão subnacional e as Relações Internacionais**. São Paulo: Ed.UNESP: EDUC, 2004.

MIKLOS, Manoela Salem. **A inserção internacional de unidades subnacionais percebida pelo Estado Nacional: a experiência brasileira**. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, Unesp - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São Paulo, 2010.

ONU. **Na Bahia, PNUD renova parceria que promove desenvolvimento por meio da música**. 17/04/2015. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/na-bahia-pnud-renova-parceria-que-promove-desenvolvimento-por-meio-da-musica/>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

NEOJIBA – Apresentação institucional 2017 (versão completa). NEOJIBA. **YouTube**. 11 out. 2017. 11min34s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mHRT0lStG0s>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

NEOJIBA. **Rede de Projetos Orquestrais**. 2018. Disponível em: <<http://neojiba.org/rede-de-projetos/>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

NOÉ CORNAGO. Diplomacy and paradiplomacy in the redefinition of international security: Dimensions of conflict and co-operation. **Regional & Federal Studies**, [s.l.], v. 9, n. 1, p.40-57, mar. 1999. Informa UK Limited. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13597569908421070>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

PASSOS, Edival. Políticas públicas para a economia criativa brasileira: um casamento feliz para qualquer lugar. **Economia criativa e cidades criativas da Bahia: oficinas criativas**.

Ana Carla Fonseca, Edival Passos, Luiz Barretto, Cláudia Leitão et al. Oficinas SEBRAE: Salvador, 2013. 64 p.; Il.

PNUD. **BRA/14/007 – Projeto NEOJIBA III: Apoio à expansão e consolidação dos núcleos de orquestras juvenis e infantis da Bahia.** 2014a. Disponível em:

<<https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/BRA/BRA14007%20NEOJIBA%20III%20TEXT.doc>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

PNUD. **Relatório de Reunião.** Comitê de Apreciação de Projetos (PAC) do PNUD. 2014b. Disponível em:

<<https://info.undp.org/docs/pdc/.../BRA/PAC%20inicial%20NEOJIBA%20III%20b.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

PRADO, Débora Figueiredo Barros do. **A atuação internacional dos governos locais via rede: o caso da Mercocidades e do Programa URB-AL Rede 10.** 240 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2009.

RAMOS, Lauro. Criatividade: capital que rende desenvolvimento humano. **Economia criativa e cidades criativas da Bahia: oficinas criativas.** Ana Carla Fonseca, Edival Passos, Luiz Barretto, Cláudia Leitão et al. Oficinas SEBRAE: Salvador, 2013. 64 p.; Il.

RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. **Globalização e novos atores: a paradiplomacia das cidades brasileiras.** Salvador: Edufba, 2009.

RODRIGUES, GILBERTO MARCOS ANTONIO. Frente Nacional de Prefeitos. **Marco Jurídico para a Cooperação Internacional Descentralizada: Um Estudo sobre o Caso Brasileiro.** São Paulo: 2011.

ROSENAU, James N. “Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial”. In: Rosenau, James N. e Czempiel, Ernst-Otto. **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial.** Brasília: Ed. Unb e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. pp. 11-46.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Economia criativa e desenvolvimento da Bahia. **Economia criativa e cidades criativas da Bahia: oficinas criativas.** Ana Carla Fonseca, Edival Passos, Luiz Barretto, Cláudia Leitão et al. Oficinas SEBRAE: Salvador, 2013. 64 p.; Il.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SALOMÓN, Mónica. **A dimensão subnacional da política externa brasileira: determinantes, conteúdos e perspectivas.** In: PINHEIRO, Leticia; MILANI, Carlos (orgs). Política externa brasileira. As práticas da política e a política das práticas. Rio de Janeiro – Editora FGV, 2012.

SANTANA, Weslei Gusmão Piau Santana. Desenvolvimento, Gestão e Cooperação Internacional: um estudo do projeto de desenvolvimento comunitário da Bacia do Rio Gavião no Sudoeste da Bahia. Tese de Doutorado, UFBA, Salvador, Bahia, 2012.

SOLDATOS, Panayotis, “An Explanatory Framework for the Study of Federal States as Foreign-policy Actors” In: Federalism and International Relations: the Role of Subnational Units. Ed. Hans MICHELMANN e Panayotis, SOLDATOS. Oxford. Claredon Press, 1990.

VIGEVANI, Tullo. Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: estados e municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 62, out. 2006.

VIGEVANI, Tullo; PRADO, Débora Figueiredo B. “Ações e problemas da paradiplomacia no Brasil”. In: SALA, José Blanes; GASPAROTO, Ana Lúcia (orgs.). **Relações internacionais: polaridades e novos/velhos temas emergentes**. Marília: Oficina Universitária/Unesp, CAPES, 2010, pp. 25-54 (ISBN 978-85-60810-21-5).